

“a moção plebiscitária de são borja e o jornal a federação”:

uma análise a partir da hipótese de
agendamento (1888)

Taciane Neres Moro* 
universidade de passo fundo
passo fundo - rio grande do sul - brasil

resumo

A moção plebiscitária ou plebiscito, lançado na Câmara do município de São Borja/RS no ano de 1888, tinha o objetivo de consultar a população se seria aceita a possibilidade de um III reinado iniciar no Brasil. A proposta feita por Aparício Mariense, influente político do Partido Republicano dessa cidade teve grande repercussão em diversos periódicos. O presente artigo tem por objetivo analisar como o jornal oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, *A Federação*, noticiou o fato durante o período de janeiro a março de 1888. A análise foi realizada através da metodologia da Hipótese de Agendamento ou *Agenda-Setting*. O Trabalho foi desenvolvido com os seguintes objetivos: Contextualizar como iniciou o Partido Republicano Rio-Grandense, bem como o Partido Republicano na cidade de São Borja, se destacando o político Aparício Mariense. Posteriormente, como a fonte de imprensa se tornou um importante objeto de estudo para a historiografia, e por fim, a utilização da Hipótese de Agendamento aplicada nas matérias publicadas, pretendendo-se destacar, qual o objetivo das publicações, e qual os seus resultados na agenda política, apontando como resultado, o empenho de uma imprensa de viés político em influenciar a adesão do plebiscito de diversos municípios no Rio Grande do Sul e no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Hipótese de Agendamento; Imprensa; Plebiscito.

abstract

The plebiscite or plebiscitary motion, launched in the municipality of São Borja / RS in 1888 had the objective of consulting the population if the possibility of a third reign starting in Brazil would be accepted. The proposal made by Aparício Mariense, influential politician of the Republican Party of that city had great repercussion in several journals. This article aims to analyze how the official newspaper of the Rio-Grandense Republican Party *A Federação* reported the fact during the period between January and March 1888. The analysis was carried out through the methodology of the Scheduling Hypothesis or *Agenda Setting*. The paper was developed with the following objectives: Contextualize how the Rio Grandense Republican Party started, as well as the São Borja Republican Party and how the politician Aparício Mariense stood out. Later on, how the press source became an important object of study for historiography, and finally, the Scheduling Hypothesis applied in articles directed to the plebiscite, what was the purpose of the publication of the articles and what are their results on the political agenda. Pointing out, as a result, the commitment of a press with a political bias in influencing the adherence of the plebiscite of several municipalities in Rio Grande do Sul and in the state of São Paulo.

Keywords: Scheduling Hypothesis; Press; Plebiscite.

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS. Bolsista CAPES-PROSUC. E-mail: taciandenmoro@hotmail.com.

o movimento republicano de são borja e a moção plebiscitária

Segundo Piccolo (2003), o Brasil da década de 1870 foi marcado pelas críticas constantes à política imperial. A partir das ideias que circulavam na época, questões como federalismo¹, descentralização, e anseios por mudanças governamentais², estavam presentes nas discussões políticas. O lançamento do Manifesto Republicano, no Rio de Janeiro em 03 de dezembro de 1870³, foi um marco de grande repercussão no Brasil, e o ponta pé inicial para a criação dos partidos republicanos nas províncias.

No Rio Grande do Sul, o Manifesto Republicano contribuiu para a efetivação da formação do Partido Republicano Rio Grandense. De acordo com Helga Piccolo, “é evidente que o manifesto repercutiu no Rio Grande do Sul, onde desde 1868 tentativas vinham sendo feitas (sem êxito) para criação de um Partido Republicano” (PICCOLO, 2003, p. 38).

Os republicanos⁴ fundaram em 1882 o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Conforme aponta Pacheco:

Na convenção de 1882 foi definido que as candidaturas republicanas seriam escolhidas em prévias organizadas pela circunscrição em que ocorreriam as eleições [...] assim, a estratégia operacionalizada pelos clubes significou uma disciplinarização do eleitorado republicano importante para evitar a dispersão dos votos. Foi dessa maneira que o Partido Republicano Rio-Grandense conseguiu eleger vereadores em diversas cidades e ter Assis Brasil como representante para a Assembleia Provincial em 1885 e 1887, ou seja, apenas três anos após a sua fundação (PACHECO, 2006, p. 147).

¹ Padoin (2010, p. 50) descreve federalismo como “processo de descentralização administrativa no que se refere à relação de um centro com os demais membros pertencentes à mesma unidade” ou ainda “trata-se de regiões que terão o caráter de Estados, mas membros de um Estado soberano”.

² O descontentamento com a política centralizadora do Império desde as décadas de 30 a 40 já causavam constantes rebeliões e revoltas de diversos Estados “Assim como a Constituição de 1824 quanto a tentativa de Reforma Constitucional de 1831 e Reforma de 1834 levaram a desilusão das elites regionais que não participaram diretamente do centro de decisões e do poder do Brasil, como do Pará, do Maranhão, da Bahia e do Rio Grande do Sul, que promoveram rebeliões e guerra civil, como a Cabanagem (1835-1840), a Balaiada (1838-1841), a Sabinada (1837) e a Revolução Farroupilha (1835-1845)” (PADOIN, 2010, p. 51).

³ Segundo a autora, neste manifesto foi requerido “... autonomia das províncias... independência recíproca das províncias, elevando-as a categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade...” (PICCOLO, 2003, p. 38).

⁴ Cabe ressaltar que os republicanos chegaram a província dotados de conhecimento científico sobre as correntes ideológicas da época como positivismo, darwinismo e o socialismo científico, para Ricardo de Aguiar Pacheco (2006), quando um grupo de gaúchos se formaram no interior da Faculdade de Direito de São Paulo se destacaram importantes nomes para o desenvolvimento da política regional “Pinheiro Machado (1874-1879), Júlio de Castilhos (1877-1881), Assis Brasil (1876-1882) e Borges de Medeiros (1881-1884)” (PACHECO, 2006, p. 144).

Pode se considerar que o PRR se estabeleceu de maneira rápida na província, a partir de um intenso trabalho de divulgação de ideias e formação de clubes, isso porque, como assinala Pacheco (2006), após o Manifesto Republicano, iniciou-se um intenso trabalho de articulação nas províncias com as fundações de clubes e jornais de propaganda os quais conseguiram realizar uma ação política que alcançou todo o território nacional.

No Rio Grande do Sul o partido começou a se disseminar no final do ano de 1881 quando:

O Clube Republicano de Porto Alegre lançou a convocação Republicana Rio-Grandense [...]. Atenderam ao chamado para a convenção propagandistas de 16 cidades da província, os quais tomaram a decisão de fundar o Partido Republicano Rio Grandense (PACHECO, 2006, p. 146).

O Partido Republicano Rio-Grandense então se difundiu rapidamente pelos municípios da província, através dos Clubes Republicanos, e elegendo vereadores nas câmaras, como já mencionado, com o aparato de um amplo trabalho propagandístico. Esse trabalho de propaganda teve como principal forma de divulgação a imprensa. Interessante o que Walter Spalding considera sobre a força da propaganda republicana é que, ela era de suma importância tanto quanto ao sistema partidário:

A imprensa, que para a República muito influi no âmbito da massa popular, representa, na atualidade, uma potência. E' dela que depende, pode-se afirmar, o bem estar ou o mal estar de um povo; a paz ou a guerra; a glória ou o estracismo dos indivíduos e, mesmo, a morte, como aconteceu, por exemplo, no caso Pinheiro Machado (SPALDING, 1951, p. 58).

Em São Borja, município localizado na região oeste do Estado, fazendo fronteira com a Argentina, o republicanismo chegou logo, verificando-se uma forte representatividade política republicana. O Clube Republicano de São Borja foi fundado em sete de abril de 1881, logo no início das implementações de clubes e do partido em níveis locais. “De todos os clubes, porém, os mais famosos foram os de Porto Alegre e, especialmente, o de São Borja que criou nome e alto elevou, no Brasil, o republicanismo gaúcho, pela célebre MOÇÃO APARICIO” (SPALDING, 1951, p. 58). Moção esta que é objeto de estudo deste ensaio.

Foi através deste clube que Aparício Mariense se destacou na vida política. De acordo com O'Donnell (2013), o mesmo participou da organização do clube atuando

como vice-presidente ao lado do então presidente Francisco Miranda, além de outros importantes nomes que se destacaram membros republicanos, como Júlio Trois e Manuel do Nascimento Vargas⁵.

Segundo O'Donnel (2013), Aparício Mariense se elegeu como vereador em 1883 na Câmara de São Borja, sendo escolhido para vice-presidente. Conforme o autor, Aparício foi reeleito novamente em 1887, ano em que ele propôs a Moção Plebiscitária contra o possível início de um III Reinado, fato esse que trouxe em evidência a Câmara de Vereadores de São Borja para todo o país, devido ao trabalho intenso de divulgação através da imprensa, principalmente o jornal *A Federação*.

De acordo com Marcus Vinícius Costa, em sua tese de doutorado intitulado “Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé” afirma que o plebiscito começou a ser discutido pelos membros de um seletivo grupo de maçons da cidade “o ano é 1887, em 21 de fevereiro ela é apreciada na loja maçônica “Vigilância e Fé” por proposição de Aparício Mariense”(COSTA, 2013, p. 192). O ato viria contra a possibilidade de a Princesa Isabel assumir o poder caso o imperador falecesse, baseado na crítica ao seu fanatismo religioso e o fato de o Conde D'Eu, esposo da Princesa Isabel, ser um príncipe estrangeiro e tido como um autoritário.

O plebiscito então é lançado por Aparício Mariense e discutido na Câmara de Vereadores em 31 de outubro de 1887:

Proponho que está camará represente a Assembleia Legislativa Provincial sobre a indispensável necessidade de se dirigir a Assembleia Geral para que dado fato lastimável de falecimento de S. M. O Imperador, se consulte a Nação por meio de um plebiscito se convêm a sucessão no trono brasileiro de uma senhora obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro; e, bem assim que a Assembleia Rio-grandense convide as outras Assembleias provinciais, à, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta câmara peça as outras municipalidades da Província, que façam seu este apelo a Assembleia Provincial S.R. Sala das Sessões, 31 de outubro de 1887. Aparício

⁵ Ver: COLVERO e RIBAS. Quem são eles? Uma prosopografia da elite política samborjense (1889-1964). 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). 2012.

Mariense (ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL, Câmara Municipal de São Borja, Atas fls. 01-200, 03/03/1884 a 14/11/1889, p. 127).

A proposta foi discutida e rejeitada, o parecer era de que não correspondia a Câmara Municipal “discutir questões de “ordem superior” e sim resolver problemas administrativos do município” (COSTA, 2013, p. 195). No entanto, dias após, a proposta do plebiscito foi novamente discutida e revisada, sendo aceita em plenário pelos votos de Capitão Fidencio, Aparício Maireense, Miranda e J. de Fidêncio. Apenas Julio G. Trois deu voto contra. A proposta então foi aprovada:

13 de janeiro do ano de 1888 a Câmara de São Borja aprovou a moção que propunha um Plebiscito sobre a conveniência ou não de um 3^a Reinado tal ato repercutiu na Corte e a Câmara foi suspensa de suas atividades pelo ato do governo provincial número 200449. O Juiz da Comarca de São Borja tomou as providencias cabíveis contra os autores da proposta, e sustentava que a Câmara havia se tornado um instrumento do chefe republicano Aparício Mariense da Silva (COSTA, 2013, p. 195).

O plebiscito teve grande repercussão no Brasil, foi “considerada desde logo como o mais rude golpe de caráter institucional sofrido pela Coroa, questionava diretamente a legitimidade do império levantando, além da questão sucessória, temas como o da soberania nacional” (O’Donnell, 2013, p. 9).

Como retaliação o governo imperial suspendeu os cargos dos vereadores que votaram a favor da moção, além de instalar um inquérito a eles. Para ocupar os cargos destituídos assumiram os vereadores do quadriênio passado⁶: José Aquino dos Santos, Antônio Alves Ferreira Filho, José Teixeira dos Santos e José Pinto Soares.

O efeito que a arbitrariedade do governo teve foi de impulsionar o movimento em outros locais “a Moção reapareceu, com o mesmo teor ou com algumas alterações, em inúmeras outras Câmaras do Brasil, especialmente na província de São Paulo (O’DONNELL, 2013, p. 10). O principal fator que impulsionou o plebiscito a ser apoiado por outras Câmaras, foi a ampla divulgação da imprensa. Spalding (1951, p. 68) destacou inclusive a matéria do jornal *O País* de São Paulo, sobre a destituição da câmara de São Borja como retaliação pelo plebiscito:

⁶ ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL, Câmara Municipal de São Borja, Atas fls.01-200, 03 de março a 14 de novembro de 1889.

[...] o ponto culminante da propaganda, a moção da Câmara de São Borja que inflamou os ânimos em todo o Império, especialmente em São Paulo, pondo em movimento o próprio governo imperial que se sentia grandemente melindrado (SPALDING, 1951, p. 68).

No Rio Grande do Sul, aproveitando-se do fato como meio propagandístico dos ideais republicanos, o jornal oficial do Partido Republicano Rio-Grandense denominado, *A Federação*, deu ampla divulgação com diversos artigos sobre a moção e os acontecimentos que deram sequência ao ocorrido. O plebiscito iniciado por Aparício Mariense, foi então amplamente divulgado pelo Partido Republicano, utilizando-o como artifício de divulgação para o enfraquecimento do regime monárquico. Segundo o Anuário da Província do Rio Grande do Sul esse jornal tinha as seguintes características:

Formato 55+35. Apareceu em 1 de janeiro de 1884. – Assinatura 14\$000, tanto para a capital, como para o interior e exterior. – tipografia á rua dos Andradas, 289 e291.

É órgão do partido republicano rio-grandense, publicando-se á tarde.

O primeiro diretor de sua redação foi o Dr. Venâncio Ayres, advogado, residente em Santo Ângelo.

Obtendo, porém, sua exoneração, o Congresso Republicano escolheu para substituí-lo o Dr. Júlio de Castilhos, que assiduamente ocupa o lugar a mais de seis meses (ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1890, p. 190).

A partir daqui passaremos a dar enfoque em como o jornal, *A Federação*, abordou o tema do plebiscito, qual foi o viés que seus artigos assumiram e qual foi o impacto que esse veículo de imprensa obteve perante os acontecimentos. A análise será realizada utilizando-se a metodologia da Hipótese de Agendamento.

os jornais como fonte para pesquisa na história

Os jornais estão cada vez mais se tornando um importante acervo de informações do cotidiano social, político, econômico e cultural. Com o passar do tempo, esse material, inserido dentro de contexto histórico, assume uma carga de significados e nuances, que necessitam de um olhar cuidadoso ao ser escolhido como fonte de objeto para estudo.

Como exemplo, o tema abordado no presente trabalho, onde, a forma de utilização da imprensa no decorrer do século XIX que tinha objetivo explícito para fins políticos.

No campo de análise da história, os periódicos demoraram para serem tidos como uma fonte de pesquisa utilizável, isso ocorreu devido a subjetividade que a fonte de imprensa comporta. Considerando que, os seus registros em sua maioria, são endossados de discursos e objetivos que são opostos da imparcialidade. Como Tânia de Luca (2006) assinala no trabalho “História dos, nos e através dos periódicos”, no Brasil, ainda na década de 1970, mesmo que já existisse nessa época uma bibliografia extensa de jornais, os estudos se pautavam em “escrever a história da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2006, p. 111).

Essa forma de compreender a fonte jornalística vem pela ausência da neutralidade, requisito principal para julgar se uma fonte era ou não confiável. “Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associado ao ideal de busca da verdade dos fatos” (LUCA, 2006, p. 111-112). Os jornais que em sua composição são carregados de opinião e subjetividade então não poderiam consistir como uma fonte verídica, como ressalta a autora:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Neste contexto os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcida e subjetivas (LUCA, 2006, p. 112).

A mudança de paradigmas ocorreu a partir da terceira geração dos Annales, que trouxeram novos elementos que não poderiam ser negados como a “relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de

tratamento estatístico” (LUCA, 2006, p. 112). Para essa nova perspectiva de pesquisa, serão necessárias novas abordagens metodológicas.

As escolhas de objetos de pesquisa se diversificam, assim como a escolha de fontes deixa de ser apenas a documentação tradicional de cunho mais oficial, as temáticas se ampliam, podendo ser buscado informações e interpretações de diversos lugares. Como destaca Romancini em “História e Jornalismo”:

A ideia que o documento porta uma “verdade” é questionada, sendo esta atitude substituída por outra, mais ativa em termos de crítica e reflexão frente à documentação coletada. De modo similar, a própria manipulação dos dados utiliza novas estratégias: as análises textuais da documentação com respeito à sua validade para elaboração da análise são complementadas pela feitura de quantificações sobre diferentes indicadores: população, alfabetização, mortalidade, preços, entre outros, por vezes elaborados pelos pesquisadores a partir de novas fontes (dados paroquiais, de empresas, grupos etc.) (ROMANCINI, 2005, p. 4).

Neste sentido, a fonte jornalística se insere neste novo contexto de abertura para diferentes possibilidades de análises. “A maior flexibilidade e um novo entendimento quanto a este ponto, seja numa outra compreensão do significado das fontes, alteraram esse quadro” (ROMANCINI, 2005, 10).

Superados os pré-conceitos em relação a utilização de fontes consideradas subjetivas, os jornais irão se inserir como um importante objeto de pesquisa, ricos de informações e qualidades que enriquecem a pesquisa no campo historiográfico.

Marcia Espig em seu artigo, “O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico”, destaca alguns pontos muito favoráveis desse tipo de fonte como a periodicidade, onde “podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos”, a disposição espacial da informação “que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo” (ESPIG, 1998, p. 274).

Deve-se então ter o entendimento de que para ser possível realizar pesquisas por meio da imprensa, e não somente da imprensa, sendo necessário fazer a distinção sobre que tipo de informação que essa fonte perpassa, que é diferente da fonte documental onde

a priori não estaria tão subjetiva. É por isso que o método a ser escolhido pelo pesquisador se torna tão importante para estudos de fontes de imprensa:

Isto se deve ao fato de que a imprensa não informa a história, simplesmente, e não basta ao pesquisador retirar de suas páginas os dados referentes ao período desejado para que possa considerar seu trabalho concluído. Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitam uma leitura intensiva mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto (ESPIG, 1998, p. 274).

Trabalhos importantes de análise de fonte de imprensa no âmbito político já demonstram o quanto os jornais foram importantes no século XIX para a propaganda política e divulgação de ideias, como o ensaio de Lucia Maria Bastos Pereira Neves (1998, p. 9), que trabalhou com os folhetos políticos entre os anos de 1821 e 1822, que tinham o objetivo de viabilizarem a “circulação de informações por todos os segmentos sociais e, ao revestir os fatos políticos com rótulo de novidades [...]”. Segundo a autora o objetivo dos folhetos era de comentar e até explicar em tom polêmico e didático questões emergentes da época “esses folhetos políticos constituem-se, por conseguinte, em uma das principais fontes para a identificação e análise das palavras, das ideias, dos conceitos, dos valores e dos símbolos pelos quais se exprimiu a cultura política da Independência (NEVES, 1998, p. 10).

Assim como Espig, (1998, p. 279) que trabalhou a Guerra do Contestado em diversos periódicos⁷, constatou que os jornais eram destinados a uma elite muito bem letrada, no qual “um dos mais importantes determinantes presentes no discurso jornalístico contemporâneo ao Contestado era justamente o argumento da falta ou ausência de cultura dos sertanejos do interior”⁸.

Portanto, os jornais assumem uma posição, e é por isso que o pesquisador deve ter os devidos cuidados na sua interpretação, principalmente quando estamos falando de discursos políticos. As fontes de imprensa não possuem a obrigatoriedade com uma verdade absoluta dos fatos, assim sendo, Marialva Barbosa assinala no texto “Meios de

⁷ *Folha do Comércio* de Florianópolis, *O Dia* de Florianópolis, *O Trabalho* de Curitiba, *A Notícia*, de Lages e *O Imparcial* de Canoinhas.

⁸ A autora constatou que os sertanejos eram retratados como fanáticos religiosos, deixando claro a maneira preconceituosa que a elite os via, além de corroborar, ou reafirmar que as causas da revolta se davam em torno de propósitos sem causa real, como o fanatismo religioso.

comunicação e usos do passado: Temporalidades, rastros, e vestígios entre comunicação e história”:

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista do ofício do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p. 87).

Elucidada essa questão da subjetividade da fonte jornalística, se tratando do objeto de pesquisa deste ensaio, a Moção Plebiscitária da Câmara de São Borja no ano de 1888, nos propomos a analisar como o periódico oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, o jornal *A Federação* retratou o fato em seu periódico. Se tratando de um jornal com um posicionamento político bem definido e sem intenção de neutralidade, necessita-se perceber as conotações e objetivos que as matérias tinham. Para realizar a análise utilizamos a metodologia da Hipótese de Agendamento ou o *Agenda-Setting*.

metodologia: a hipótese de agendamento

Pode se considerar que a hipótese de agendamento é uma análise de fonte de imprensa ainda inovadora. De acordo com Maia e Agnez em seu artigo “O *agenda-setting* no Brasil: Contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos”:

[...] o *agenda-setting* se insere na tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, que tem como ponto nodal a análise e detecção das funções e dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência (MAIA; AGNEZ, 2010, p. 2).

Conforme as autoras, no Brasil, pesquisas que abordavam o *agenda-setting* começaram a surgir a partir da década de 1990, inicialmente com trabalhos que eram publicados em Portugal, ou no Brasil por trabalhos escritos por portugueses:

[...] como o livro *Teorias da comunicação*, do italiano Mauro Wolf, e *Poder do Jornalismo e O estudo do jornalismo no século XX*, de Nelson Traquina, e por brasileiros, como *Ética da Comunicação*, de Clovis Barros Filho, e de artigos em periódicos e capítulos de livros (HOHLFELDT, 1997; TRAQUINA, 2000; AZEVEDO, 2004). A partir da publicação de obras ou

artigos em português, que facilitaram a questão do idioma e até mesmo o acesso à abordagem, o AS foi disseminado no Brasil (MAIA; AGNEZ, 2010, p. 4-5).

Para Azevedo em “O agendamento na política” a hipótese de agendamento tem em seu pressuposto caracterizar as seguintes abordagens:

a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (issues) importantes num determinado período de tempo (AZEVEDO, 2004, p. 52).

Hohlfeldt (1997p. 44) destaca alguns dos pressupostos principais para a hipótese do *agenda-setting*, sendo eles três aspectos: a) “Fluxo contínuo de informação: [...] este fluxo de contínuo informacional gera o que McCombs denominará de efeito de enciclopédia que pode ser inclusive concretamente provocado pela mídia”; b) a influência dos meios de comunicação sobre o receptor que diferentemente do que se pensava, não é a curto prazo e sim a médio e longo prazo; c) “os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar”. Assim o autor também assinala que:

Portanto, dependendo da mídia, sofreremos sua influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda (HOHLFELDT, 1997, p. 45).

Hohlfeldt também destaca o estudo de Maxwell McCombs, que através da campanha eleitoral dos Estados Unidos elaborou um estudo em Chapell Hill, na Carolina do Norte, onde escolheu “cinco jornais, dois canais de televisão e duas revistas semanais”. Em relação aos jornais (quatro regionais Durham Morning Herald, Durham Sun, Raleigh

News and Observer e Raleigh Times, e um nacional o New York Times) as matérias foram classificadas em um padrão, em que as consideradas maiores tinham as seguintes características:

[...] nos jornais, aparecessem como chamada de capa (incluindo o lead, ou seja, todo o primeiro parágrafo da matéria, com as questões iniciais do modelo tradicional do jornalismo norte-americano traduzidas nos conhecidos five W), matérias com três colunas nas páginas internas ou matérias em que pelo menos um mínimo de cinco parágrafos estivessem ao tema eleitoral (HOHLFELDT, 1997, p. 46).

As pesquisas em torno do *agenda-setting* desenvolvidas no Brasil, conforme as autoras Maia e Agnez:

O caminho seguido pelos pesquisadores brasileiros se direciona para a tentativa de explicar como os media pautam certos acontecimentos, invariavelmente retornando à defesa de que os meios de comunicação determinam não somente o que pensar, mas como devemos pensar. Mesmo os trabalhos que relativizam a posição da audiência, indicando um receptor não completamente passivo e admitindo outras variáveis sociais e psicológicas, recaem na relação entre causa e efeito e concluem quase que por obviedade que a mídia, ao pautar e enquadrar os assuntos, tem sim o poder de definir a agenda do público (MAIA; AGNEZ, 2010, p. 5).

Liedtke (2007) trabalhou em seu artigo, “Governando com a mídia”, com a hipótese de agendamento no campo político, buscando compreender os poderes que a mídia tem nesta área. O autor ressalta que existe uma correlação entre a agenda da mídia e a governamental, uma possui influencia e interfere nas alterações na agenda da outra “ambos respondem a conteúdos gerados no outro campo, ou seja, a mídia provoca ações no governo, enquanto o governo também consegue influenciar o conteúdo da mídia” (LIEDTKE, 2007, p. 3-4).

Liedtke (2007) destaca que a evolução dos estudos sobre agendamento no qual passou-se a ser introduzido análises de enquadramento⁹, ou seja, as pesquisas não ficaram mais entre identificar a influência que a mídia tem na população, foi sendo necessário

⁹ “Enquadramento passa a ser um desdobramento do paradigma original da *agenda-setting*, que pode ser compreendido como um instrumento de análise de conteúdo do noticiário, objetivando identificar na formatação das notícias elementos que orientem a opinião pública numa determinada interpretação dos acontecimentos” (LIEDTKE, 2007, p. 5).

compreender de que forma esse fato ocorre a partir dos enfoques que são escolhidos ao emitir os conteúdos.

Portanto, o enquadramento passa a ser um desdobramento do paradigma original da *agenda-setting*, que pode ser compreendido como um instrumento de análise de conteúdo do noticiário, objetivando identificar na formatação das notícias elementos que orientem a opinião pública numa determinada interpretação dos acontecimentos (LIEDTKE, 2007, p. 5).

Azevedo ao demonstrar como a metodologia através do *agenda-setting* estabelece seus parâmetros para a análise, destacou os seguintes passos: investigar o objeto de estudo, publicado em um determinado veículo de informação, em um período de tempo específico, em uma hierarquia, assim:

Estes itens, denominados salience (proeminências), constituem a unidade de análise da pesquisa nesta etapa e a operação básica requerida nesta fase é, obviamente, o reconhecimento e a quantificação dos temas presentes em órgãos da imprensa previamente selecionados, visando à elaboração de uma escala de proeminências. Esta escala de proeminências, considerada num período de tempo pré-determinado, é tomada como a agenda da mídia (AZEVEDO, 2004, p. 53).

Buscando aplicar a hipótese de agendamento em um jornal que representava um partido político no século XIX, como o nosso objeto de estudo o jornal *A Federação*, considera-se que os jornais durante o século XIX funcionavam como principal meio de comunicação, e também de propaganda política, visto que, na época esses eram os canais principais de comunicação.

Desta forma, é preciso identificar de que forma era posta a imprensa nesta época. Alvaro Klafke em sua tese “Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do rio Grande do Sul, 1831-1845)” salienta que a crescente manifestação política por meio de jornais, era “fruto da ampliação dos canais de manifestação e sociabilidade” focado principalmente na formação de uma opinião pública (KLAFKE, 2011, p. 12). Alonso (2000) reforça essa perspectiva analisando que, a partir da segunda metade do século XIX:

A crise política enfraqueceu os pilares e instituições que sustentavam o Segundo Reinado, desfigurando a lógica política imperial e criando um

clima de incerteza. A pulverização tornou a política mais dinâmica e permeável. Diante da crise do regime, vários grupos sociais aliados pela política imperial adquiriram condições para expressar publicamente seus dissensos e projetos.

A reforma conservadora, doutra parte, impulsionou uma significativa modernização da infraestrutura, com consequências políticas inadvertidas e desestabilizadoras para o regime. A disseminação de tipografias e a implantação de estradas de ferro e do telégrafo revolucionaram o padrão da imprensa. Nivelaram o acesso a informações sobre temas políticos e culturais nacionais e estrangeiros entre todos os grupos sociais alfabetizados. A mudança social e a crise política alteraram os contornos da população capacitada para agir politicamente também pela redistribuição de recursos materiais, políticos e simbólicos (ALONSO, 2000, p. 42).

Os periódicos no século XIX eram vinculados aos partidos políticos, e eram indissociáveis do “fazer política”, era a forma principal de manifestação, de discussão e de afirmação de posições e ideais. Portanto, como afirma Martins em sua tese intitulada “O Instituto Histórico E Geográfico Do Rio Grande Do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)”, “a imprensa era uma tribuna e um fórum político”, ou seja “o trabalho jornalístico foi se constituindo como uma atividade na qual deveriam participar todos aqueles que aspirassem uma carreira pública” (MARTINS, 2015, p. 31).

O jornal neste contexto histórico é instrumento de política, seja local, regional ou nacional, como meio principal de marcar posições, de autoafirmação e principalmente, de propaganda partidária. Neste sentido, aplica-se a metodologia da hipótese de agendamento, ao analisar a divulgação e a propaganda feita ao plebiscito da Câmara de São Borja pelo jornal, *A Federação*, por conta da utilização de elementos bastante abordados pelo *agenda-setting*, como a periodicidade frequente, a notoriedade dada ao tema, e como esse jornal o abordou. Sendo o intuito principal, a adesão ao movimento por outras câmaras do Estado, e a aprovação pública do ato.

o plebiscito da câmara de são borja na imprensa

Estabelecidos os padrões de aplicação da metodologia da hipótese de agendamento, traremos a proposta metodológica para o objeto de estudo deste ensaio. O jornal *A Federação* como já mencionado era o periódico oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, funcionava como meio de divulgação de ideias, informações e acontecimentos em relação ao Partido, além de ser o meio de tecer críticas ou responder críticas de seus partidos opositores.

O plebiscito lançado na Câmara de Vereadores de São Borja, pelo então vereador membro do PRR, Aparício Mariense, teve grande repercussão no jornal *A Federação*. Dentre as matérias analisadas constatou-se o grande destaque dado ao plebiscito, com uma certa frequência e notoriedade. Assim, através da hipótese de agendamento pretende-se elucidar qual o objetivo da publicação recorrente de matérias sobre a Moção Plebiscitária? Qual enfoque o jornal decidiu dar para o fato? E de que forma esse veículo de imprensa interferiu nos acontecimentos posteriores?

O período analisado referente às matérias foi 11 de janeiro à 8 de março do ano de 1888. Nesse período foram publicadas 41 matérias referente ao Plebiscito em 34 edições do jornal. Constatou-se que as matérias relacionadas ao plebiscito nos jornais eram publicadas com uma frequência quase que diária, além de que 8 dos 34 volumes apresentarem até duas matérias no mesmo jornal. No mês de janeiro foram publicados artigos referente a Moção nos dias 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30 e 31, no mês de fevereiro foram publicados artigos nos dias 01, 03, 07, 09, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 28, e por fim, no mês de março os dias foram 06, 07, 08, data limite da nossa pesquisa.

A classificação das matérias foi feita da seguinte forma: a) visibilidade das matérias: para isso, identificamos o espaço que era dado para o artigo, se estava na capa ou não, e se era extenso, baseando-se na quantidade de colunas que os artigos ocupavam no jornal; b) os objetivos que as matérias tinham: como eram reproduzidas as informações, ou seja, que tipo de posicionamento o jornal queria induzir a ter o receptor sobre o Plebiscito.

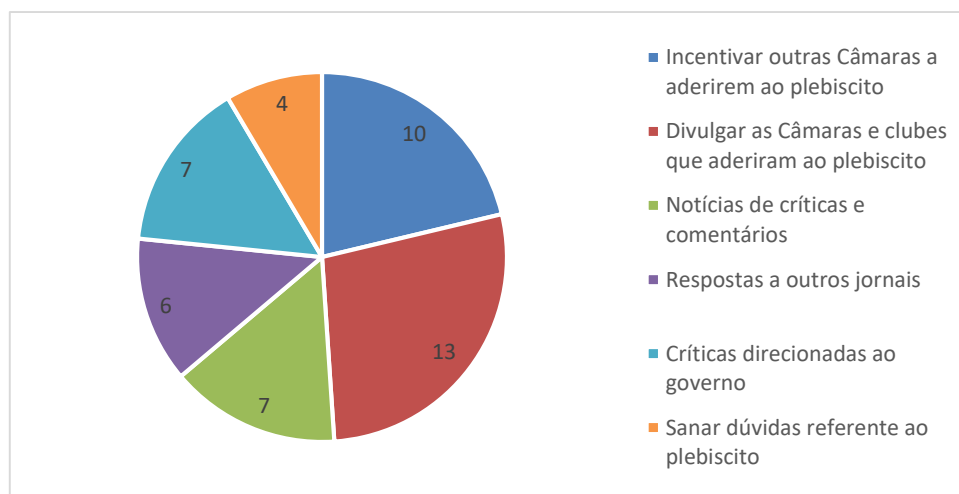
Tabela 1. Classificação das Matérias

Nº. de artigos	Visibilidade			
	Notícia de capa	Notícia no corpo do jornal	Com uma coluna	Com duas colunas
41	35	7	17	24

Em relação a categoria “objetivos das matérias” destacamos seis principais categorias que mais se destacavam nos textos. Eram elas: 1. Incentivar outras Câmaras a aderirem ao plebiscito; 2. Divulgação das Câmaras e clubes republicanos que aderiram ao plebiscito; 3. Notícias de críticas e comentários; 4. Respostas a outros jornais; 5. Críticas direcionadas ao governo; 6. Sanar dúvidas referente ao plebiscito.

Assim sendo, entre as quarenta e uma matérias analisadas, notou-se que algumas continham até dois ou mais desses objetivos no mesmo texto, como está contabilizado no gráfico abaixo:

Gráfico 1. Objetivos das Matérias



Nos objetivos, em relação a categoria 1. “Incentivar outras câmaras a aderirem ao plebiscito” identificamos nas matérias frases como a da matéria do dia 12 de janeiro¹⁰ que salientava “retomem as Câmaras ao seu papel histórico e iniciem a reivindicação final que a de arrancar a pátria às garras dinásticas”, ou a matéria do dia 20 que diz:

[...] a questão que acaba de surgir em S. Borja é uma questão abertamente cívica, na sua forma e no seu fundo. Não ficara desamparada, não pode ficar isolado o município cujo exemplo de coragem e de firmeza está destinado a restaurar o ardor nos indiferentes e a ação nos irresolutos. E S. Borja confia no êxito da sua tentativa, porque ela significa, antes de tudo, um apelo ao povo rio-grandense (E’ de balde. *A Federação*, 20 de jan. de 1888).

Na categoria 2 “Divulgação das Câmaras e Clubes que aderiram ao plebiscito” trata-se de divulgar tanto as câmaras do Estado que aderiram (que por sinal não foram em grande quantidade), quanto algumas cidades de São Paulo. Assim, também foram frequentes matérias sobre o *Mething* realizado em São Paulo que deu apoio ao plebiscito de São Borja, como exemplo para as Câmaras do Rio Grande do Sul seguirem também. Destacamos o seguinte artigo publicado em *A Federação*:

[...] o povo de Santos, reunido em meething, manifesta a sua adesão aos dignos vereadores da câmara de S. Borja quando representam aos poderes competentes para que, dado o facto de vir a fallecer o actual imperador, seja consultada a nação para o fim de saber si convém ao interesses da nossa pátria que a sucessão no throno se effectue sendo transferida a coroa a uma senhora casada com um príncipe estrangeiro (*Mething* em Santos. *A Federação*. 01 de fev. de 1888).

Na categoria 3 “Notícias de críticas e comentários” as matérias geralmente não traziam novas informações, o propósito era de tecer críticas referente ao assunto, a fim de não o deixar sair de evidência. Como exemplo, a matéria do dia 25 de janeiro, interpretou a atitude da câmara de São Borja nos seguintes termos:

A câmara não cumpre somente zelar e fazer respeitar, como um patrimônio inviolável, as faculdades de que intenta desapoia-la o centro; mas cumpre-lhe igualmente, com representante direta da comuna, manifestar-se sobre a

¹⁰ Herança Dinástica: uma iniciativa. *Jornal A Federação*. 12 de jan. de 1888.

melhor constituição do governo da pátria e exercer n'esse empenho a interferência compatível com a sua missão (A questão de honra. *A Federação*. 25 de jan. de 1888).

Além de ter mencionado a participação das Câmaras municipais na independência do Brasil:

Foi nos senados das Câmaras que tiveram origem os sucessivos movimentos de revolta; quando o primeiro Pedro, instalando-se na direção dos sucessos da independência, ergueu seu trono, foi também das Câmaras que partiram os estímulos das revoluções de que resultou a expulsão do usurpador; quando no período regencial, os abalos revolucionários fizeram estremecer de norte a sul o território da pátria, ainda foram as Câmaras as iniciadoras intrépidas (A questão de honra. *A Federação*. 25 de jan. de 1888).

Em 23 de fevereiro o jornal critica a falta de apoio das Câmaras rio-grandenses em comparação com as paulistas, para logo referir-se a adesão das Câmaras dos municípios de Dores de Camaquã e de São Francisco de Assis ao Plebiscito:

Não se devia esperar que ao seu exemplo fecundante só despertasse vigoroso o civismo das Câmaras paulistas, ficando em unanime silencio contristador as municipalidades do Rio Grande [...] Já não está isolada no Rio Grande a câmara de S. Borja. Ao apelo acudiram fervorosas duas Câmaras rio-grandenses, acompanhando altivamente a municipalidade heroica, no movimento reivindicador (A questão de honra: Exaltemos. *A Federação*. 23 de fev. de 1888).

Na categoria 4 “Respostas a outros jornais” as matérias traziam o contraponto a outros jornais desfavoráveis ao plebiscito. Os jornais citados dentro do período analisado eram *O conservador* e *A Reforma* que de modo geral alegavam o ato ser inconstitucional, como a matéria do dia 24 de janeiro, onde é criticado jornal *O Conservador*:

O oram oficial repisa a questão. Sem justificar o motivo logico de sua opinião, torna a afirmar que a “a câmara de S. Borja organiza uma conspiração contra a nossa ordem de causas para mudá-las ou alterá-las, sem a intervenção d’aqueles aos quais o pacto constitucional incumbiu de tal iniciativa”

A questão do Conservador com os edis de S. Borja, afinal, não é tanto pela legalidade ou ilegalidade da representação, ele o diz claramente; é antes porque – ele embirra com o plebiscito, visto que foi justamente um plebiscito que trouxe o desastre de Sedan para a França imperial (Câmara de São Borja. *A Federação*. 24 de jan. de 1888).

Em uma outra matéria, em que a crítica era destinada ao jornal *A Reforma*, o *A Federação* compara a atitude contrária deste periódico em relação aos jornais liberais de São Paulo, que mesmo sendo periódicos de oposição teciam críticas ao Império em relação a censura das Câmaras que aderiram ao plebiscito:

Enquanto o Liberal Paulista, pensando manter fidelidade às antigas opiniões do seu partido, acusa o arbítrio do governo em nome da lei e das liberdades constitucionais, como ele as entende, e considera legais as representações municipais, a Reforma se coloca ao lado da reação para animar o governo a redobrar a sanha reacionária contra as Câmaras, perseguidas pelo crime de exercerem o direito de petição [...] os liberais de S. Paulo entendem que as câmaras não estão privadas de intervir em tais questões; os liberalíssimos de cá opinam ardosamente pela proibição absoluta (Ainda em confronto. *A Federação*. 06 de março de 1888).

Na categoria 5 “Críticas direcionadas ao governo” as matérias centraram na arbitrariedade e censura do governo em relação a câmara de São Borja, bem como aos outros municípios que aderiram a Moção, como destacamos o seguinte trecho em que é criticada a Assembleia Provincial:

[...] transformaram-se em instrumentos passivos dos delegados do centro, que impunemente, zombam desse poder enfraquecido a não mais poder sê-lo: às usurpações da coroa, formando assim inexpugnável muralha em torno das liberdades públicas (Primeiros Sintomas. *A Federação*. 19 de jan. de 1888).

Além de ressaltar a questão da repressão do governo: “Mas, as cenas de violência que o governo ensaia neste momento não serão porventura as últimas: elas constituem os primeiros sintomas” (Primeiros Sintomas. *A Federação* 19 de jan. de 1888).

Em relação a categoria 6 “Sanar dúvidas referente ao plebiscito”, as matérias tinham o objetivo de esclarecer principalmente questões jurídicas se a proposta estava ou não dentro da legalidade, de modo geral em tom explicativo. Como ressaltamos com o

exemplo da matéria do dia 08 de março, onde o objetivo era demonstrar que as Câmaras possuíam as atribuições não meramente municipais, mas também

[...] de representarem aos poderes competentes sobre matéria constitucional [...] não são ilegais nem criminosas as suas representações e comete um audacioso atentado jurídico o governo suspendendo as municipalidades e ordenando a instauração do processo sem base no código penal (A doutrina da reação. *A Federação*. 08 de março de 1888).

A partir desta análise foi possível identificar a modificação do teor dos discursos nos artigos publicados, em que a intenção principal era a de não deixar o tema do plebiscito sair de evidência. O objetivo inicial era de convencer as outras municipalidades do Rio Grande do Sul a aderirem a causa, porém, como evidenciado nas matérias, poucas câmaras e clubes republicanos do Estado a aderiram. O jornal então focou no apoio que São Borja recebeu dos municípios de São Paulo. Outro ponto que fica evidente nas matérias é que quando as câmaras não lançavam ou não aprovavam a proposta da Moção, os clubes republicanos dos municípios realizavam a adesão.

Conforme constatado na análise do jornal, *A Federação*, o movimento da Moção Plebiscitária teve mais força no estado de São Paulo do que no Rio Grande do Sul. Os primeiros municípios a aderirem abertamente ao plebiscito foram paulistas, com a realização do *meething* em Santos¹¹, posteriormente na Câmara de São Vicente foi feita a proposta, porém não foi encontrada informações se foi aceito, e na de São Simão a proposta foi feita e aprovada¹². Na sequência, o plebiscito foi reconhecido e aprovado pelo Clube Republicano de Porto Alegre no RS¹³, o mesmo processo também foi realizado nos clubes de São Martinho, Vila Rica, e de Cachoeira do Sul¹⁴ no RS. Posteriormente, as câmaras das cidades de São João da Boa Vista e Amparo¹⁵ de SP também aprovaram o plebiscito. O Clube Republicano de Bento Gonçalves no RS¹⁶, e as Câmaras de Dores do Camaquam e São Francisco de Assis no RS¹⁷, em Jaguarão-RS a proposta foi negada, em compensação foi realizado um *Meething* na cidade pelo Partido

¹¹ O governo forte. *A Federação*. 31 de jan. *Meething* em Santos. *A Federação*. 01 de fev. de 1888.

¹² A questão de honra: as câmaras Rio-Grandenses. *A Federação*. 10 de fev. de 1888.

¹³ Adesão. *A Federação*. 16 de fev. de 1888.

¹⁴ A questão de honra: Solidariedade. *A Federação*. 17 de fev. de 1888; Adesão. *A Federação*. 17 de fev. de 1888. Adesões republicanas. *A Federação*. 18 de fev. de 1888; Reinvidicação. *A Federação*. 18 de fev. de 1888.

¹⁵ A questão de honra em São Paulo. *A Federação*. 21 de fev. de 1888.

¹⁶ Adesão. *A Federação*. 22 de fev. de 1888.

¹⁷ A questão de honra: exultemos. *A Federação*. 23 de fev. de 1888.

Republicano¹⁸. A Câmara de Itabaíba -SP¹⁹ também propôs a moção e aprovou, e por último o Clube Republicano de São Vicente no RS²⁰. Logo, podemos constatar, que através de um intenso trabalho político e midiático, entre o período analisado, oito Câmaras de fato efetuaram a proposta da Moção Plebiscitária, cinco paulistas e três Rio-Grandenses.

considerações finais

Através do *Agenda-Setting* a agenda política tem a oportunidade de saber como o receptor da mensagem está reagindo com a informação recebida, dependendo do retorno, sendo positivo ou negativo, a agenda política pode intensificar ou alterar os seus objetivos.

A análise sobre o episódio do plebiscito da Câmara de São Borja no jornal, *A Federação*, corroborou com a ideia de que os jornais no século XIX funcionavam como o canal principal de propagar ideias e de fazer propaganda política, utilizando-se muito bem da possibilidade de discursos que a imprensa fornecia. Os jornais políticos como o *A Federação* era o meio de o Partido Republicano Rio-Grandense se manifestar e de dar notoriedade aos discursos que eles pretendiam assumir.

Exemplo exposto o plebiscito, onde fica evidente que periodicidade e da notoriedade que o *A Federação* deu, através de um discurso e uma retórica bem elaborados, passavam a mensagem não só de lembrar o plebiscito a todo momento, mas como se deveria dar importância ao mesmo, como pensa-lo, em que conotação política associá-lo. Logo, o agendamento de publicação quase diária de matérias dando enfoque ao plebiscito tinham a principal intenção de fazer com que outras Câmaras aderissem. Se tratava de uma mensagem política direcionada quase que exclusivamente para os políticos locais republicanos dos demais municípios, principalmente do Rio Grande do Sul, e de São Paulo.

O periódico então sai da qualificação de observador para coadjuvante do fato, ele pretende interferir na forma de pensar do receptor, conseqüentemente gerando

¹⁸ A questão de honra: Jaguarão. *A Federação*. 23 de fev. de 1888.

¹⁹ A questão de honra em São Paulo. *A Federação*. 24 de fev. de 1888.

²⁰ Adesão. *A Federação*. 25 de fev. de 1888.

influência nos acontecimentos seguintes. Funciona assim, como um mecanismo de impulsionar a relevância de determinados temas, onde o próprio órgão decide qual tema e de que forma o receptor deve pensar sobre.

referências

Fontes

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre – RS, 11 de jan. 1888 – 8 de março 1888.

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL, Câmara Municipal de São Borja. *Atas* fls. 01-151. 15/11/1889 a 10/11/1897.

AZAMBUJA, Graciano A. *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o anno de 1891*. Ed. Gundlach e Cia. Porto Alegre, 1890.

Obras Gerais

AZEVEDO, Fernando Antonio. O agendamento na política. In.: RUBIM, Antonio C. (Org). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*, Ed. Unesp e UFBA, São Paulo, SP, 2004.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: Temporalidades, rastros, e vestígios entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, 2008.

BURKE, Peter. A comunicação na História. In: ABREU, Alzira Alves de et all (Org.). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauadx: Globo Universidade, 2008, p. 61-82.

COSTA, Marcus Vinicius. *Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

ESPIG, Marcia J. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: O caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, V. XXIV, n. 2, p. 269-289, 1998.

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. *A evolução da hipótese de agenda-setting*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 7, p. 42-51, nov. 1997.

KLAFKE, Álvaro Antônio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LIEDTKE, Paulo. Governando com a mídia: o agendamento mútuo entre o Estado e os mass media na política nacional. XVI Encontro Anual da COMPOS, 2007, Curitiba. *Anais do XVI Encontro da COMPOS – GT Comunicação e Política*. Curitiba: COMPOS – UTP (Universidade Tuiuti do Paraná). Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_40.pdf>. Acesso em 09 de dezembro de 2019.

LUCA, Tania. História dos, nos e através dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAIA, Kênia Beatriz F. AGNEZ, Luciane Fassarella. O agenda-setting no Brasil: Contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.13, n.3, set-dez. 2010.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

NEVES, Lucia M. B. Pereira. Uma nova cultura política: os folhetos no debate da independência do Brasil. In: NEVES, Lucia M. P.; MOREL, Marcos. *História e Imprensa no Rio de Janeiro*: UERJ, 1998.

O'DONNELL, Fernando. *Apparício Mariense: súmula biográfica e histórica*. 3º ed. Câmara de Vereadores de São Borja, s/d.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Conservadorismo na tradição liberal: movimento republicano (1870-1889). In: PICOLLO, Helga; PADOIN Maria M. (Org.). *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão do Federalismo no Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flávio, HERRLEIN JR, Ronaldo (Org.). *Histórias regionais do cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: *V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*. Rio de Janeiro. 2005.

SPALDING, Walter. Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul. *Revista do Museu Júlio de Castilhos*. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 57-136, jan. 1952.

Recebido em: 24/03/2020 – Aprovado em: 19/05/2020